

2. A construção sócio-histórica da(s) bissexualidade(s)

“A normalidade burguesa do casal heterossexual não é nada mais do que um momento da história.”
– Karl Mengel (2009)

A bissexualidade, como a heterossexualidade, a homossexualidade, etc. é uma construção sócio-histórico-cultural. Como veremos neste capítulo, a bissexualidade como uma classificação da sexualidade e uma categoria identitária é uma invenção relativamente recente, embora as “práticas bissexuais” tenham existido durante toda a história da humanidade. Sullivan explica,

a sexualidade não é natural, ao invés disso, é discursivamente construída. Além do mais, a sexualidade [...] é construída, experimentada e compreendida de maneiras cultural e historicamente específicas. Assim, poderíamos dizer que não existe a possibilidade de uma explicação verdadeira ou correta da heterossexualidade, da homossexualidade, da bissexualidade, e assim por diante. De fato, estas mesmas categorias usadas para definir tipos particulares de relações e práticas são cultural e historicamente específicas e não têm operado em todas as culturas em todas as épocas. (2003: 1)¹

Neste capítulo, começo com uma explicação da etimologia da palavra “bissexual”, concentrando-me sobre as três mudanças principais na sua significação, de uma combinação de anatomia masculina e feminina, a uma suposta combinação psíquica de masculinidade e feminilidade, e a uma suposta combinação de heterossexualidade e homossexualidade. Essa discussão será seguida por uma breve história das “práticas bissexuais”, incluindo a pederastia na Grécia antiga, o *shudo* no Japão feudal, as relações de dominação e submissão na Roma antiga e os costumes e rituais dos povos indígenas. As considerações sobre essas construções cultural e historicamente específicas da sexualidade nos ajudarão a desconstruir as invenções recentes, mas já naturalizadas, do/a bissexual como sujeito e da bissexualidade como uma identidade. Depois, falarei dos três paradigmas modernos da bissexualidade, concentrando-me sobre alguns estudos e teorizações influentes, incluindo a Escala Kinsey, a Grade de Orientação Sexual de Klein, e o modelo da fita de Möbius de Garber.

Não é meu objetivo chegar a uma definição concreta da bissexualidade. Este capítulo visa a considerar os usos diferentes da palavra “bissexual”, como as “práticas bissexuais” eram vistas no passado e as mudanças nas teorizações da bissexualidade para desconstruir e desnaturalizar a visão atual da bissexualidade e para propor visões alternativas das sexualidades para o presente. Destarte, em vez

¹ Todas as traduções são minhas se não indicado diversamente.

de definir o que a bissexualidade *é*, o objetivo desta parte é de estabelecer as bases para explorar, nos capítulos posteriores, o que a bissexualidade pode *fazer*.

2.1 Etimologia da palavra “bissexual”

Historicamente, a palavra “bissexual” tem tido três usos. Primeiro, do século XVII ao início do século XX, foi usada para se referir a pessoas cujos corpos tinham uma combinação de atributos biológicos ou anatômicos considerados femininos e masculinos – pessoas que na atualidade chamamos de hermafroditas ou intersexuais. Este uso era particularmente comum nos campos da medicina, do direito e da teologia, cujos discursos se entrelaçavam para co-construir a pessoa fisicamente bissexual como um terceiro sexo sujeitado a uma série de restrições jurídicas que diferiam dos direitos das pessoas dos outros “dois sexos”² (ver Marchetti 2001).

Segundo, o termo “bissexual” foi usado no campo da psicanálise, ao final do século XIX e no século XX, para se referir às pessoas com uma suposta combinação de masculinidade e feminilidade psicológica, em vez de anatômica. Esta visão foi sugerida inicialmente pelo psiquiatra e sexólogo austríaco-alemão Richard von Krafft-Ebing, usando a terminologia “hermafroditismo psicosexual”, e usada nas obras iniciais do sexólogo britânico Havelock Ellis (ver Storr 1999). Esta noção de hermafroditas psicosexuais foi desenvolvida e popularizada por Freud, usando o termo “bissexual”, na sua obra *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* ([1905] 2006). Nas notas de rodapé adicionadas ao texto pelo próprio autor ao decorrer dos anos, Freud argumentou que esta bissexualidade (feminilidade e masculinidade) psicológica fazia parte de uma “predisposição bissexual” inata que levava os indivíduos a se desenvolverem como heterossexuais ou homossexuais enquanto amadureciam (ver Freud [1905] 2006; Heenen-Wolff 2010).

Terceiro, a palavra “bissexual” tem sido usada para indicar um desejo sexual que “combina” ou “une” a heterossexualidade e a homossexualidade. Antes de continuar, vale a pena mencionar que a palavra “homossexual” foi inventada em 1869, pelo médico suíço Karoly Maria Benkert, e que a palavra “heterossexual” foi inventada pelo mesmo médico, anos depois (ver Sullivan

² A existência de mais de dois sexos e a naturalização das categorias homem e mulher serão discutidas no Capítulo 3.

2003; Mengel 2009). Nas próximas subseções, discutiremos como tais práticas sexuais foram consideradas antes da invenção desses termos, e a evolução dessas categorizações como identidades³. Segundo Storr (1999), a segunda definição (bissexualidade psicológica) e a terceira definição (bissexualidade do desejo) têm tido uma influência maior e mais duradoura do que a primeira (a bissexualidade como hermafroditismo anatômico); porém, a terceira é a mais comum hoje em dia. A mudança na visão da bissexualidade como uma combinação de masculinidade e feminilidade psicológica a uma combinação de heterossexualidade e homossexualidade aconteceu durante os anos 70, sobretudo devido ao ativismo para a “liberação gay” dos finais dos anos 60 e inícios dos anos 70, e à campanha para remover a homossexualidade da lista de patologias do *Diagnostic and Statistical Manual of Mental Disorders* (DSM), o que foi conseguido em 1973. Storr (1999) propõe que o ativismo político do movimento gay e lésbico e a reescrita do DSM causaram uma dissociação entre ideias sobre masculinidade e feminilidade e a preferência do/a parceiro/a sexual: começou-se a considerar que a preferência por homens ou mulheres era uma questão de heterossexualidade, homossexualidade ou bissexualidade, em vez de uma questão de masculinidade, feminilidade ou “bissexualidade psicológica”. Desta maneira, depois dos anos 70, a terceira definição – da bissexualidade como uma combinação ou unificação de heterossexualidade e homossexualidade – gradualmente se tornou a mais usada (ver Storr 1999). As implicações de pensar a bissexualidade como uma combinação ou unificação da heterossexualidade e homossexualidade serão discutidas posteriormente neste capítulo e no Capítulo 3.

2.2 Breve história das práticas bissexuais

Nesta pesquisa, faço uma distinção entre “práticas bissexuais”, a prática de ter relações sexuais com pessoas de “ambos” os sexos, e a “identidade bissexual”, a categoria identitária assumida por certas pessoas e o sentimento de identificação construído e performado por elas. Essa distinção é útil para desconstruir as concepções atuais da bissexualidade, frisando o fato de o sujeito bissexual e de a identidade bissexual serem invenções recentes, como veremos

³ Para uma discussão fascinante de como as noções de heterossexualidade e homossexualidade nos EUA emergiram de modo imbricado (não simplesmente de modo paralelo) com discursos que racializavam os corpos, veja Somerville 2000.

adiante, e não concepções apropriadas para descrever como as relações hoje chamadas de bissexuais eram concebidas nas sociedades passadas. Porém, como nota Storr (1999), embora tal distinção comportamento/identidade tenha a sua utilidade, é importante lembrar que é uma diferenciação dicotômica à qual a compreensão da sexualidade humana não deve ser reduzida.

Como mencionamos na seção anterior, a palavra “homossexual” apareceu em 1869, antes do termo “heterossexual”; desta maneira, como nota Louro, “A homossexualidade e o sujeito homossexual são invenções do século XIX” (2004: 29). Durante vários séculos anteriores, as relações sexuais entre pessoas do mesmo sexo eram consideradas atos de “sodomia”, uma palavra usada para se referir a qualquer prática sexual sem fins de procriação (incluindo sexo oral, sexo anal, sexo com contracepção, etc.). As leis e as opiniões desfavoráveis eram endereçadas a práticas de sodomia, não a certas categorias de sujeitos ou a certas identidades. Foi a partir da segunda metade do século XIX que a prática de sodomia entre duas pessoas do mesmo sexo começou a ser vista como uma expressão da sua psique e usada para definir e constituir o sujeito homossexual (ver Foucault 1976; Sommerville 2000; Sullivan 2003; Louro 2004).

De modo parecido, embora o termo “bissexual” tenha começado a ser usado amplamente no século XX para construir e designar certos sujeitos que mantêm relações sexuais com homens e mulheres, isso não significa que as práticas bissexuais sejam recentes. Mengel (2009) mostra que as práticas que atualmente classificamos como bissexuais existem desde a Idade da Pedra e frisa quatro concepções históricas importantes da bissexualidade (concentrando-se nos homens por causa da escassez de documentação histórica sobre as práticas bissexuais das mulheres): a pederastia na Grécia antiga, as relações entre os samurais do Japão antigo, a ordem de penetração e dominação na Roma antiga e os rituais dos povos indígenas.

2.2.1 A pederastia na Grécia antiga

Na Grécia antiga, era comum que um homem, casado com uma mulher, mantivesse outra relação de casal, sexual e afetiva, com um adolescente ou jovem adulto (*paidika*). Esta relação (pederastia) era vista pela sociedade em parte como um intercâmbio entre professor e aluno na qual o homem ensinava o jovem as práticas sexuais e lhe oferecia também uma formação filosófica. Considerava-se

que o amor entre homens fomentava o desenvolvimento das melhores qualidades do jovem e que, portanto, essa formação sexual e filosófica tornaria o jovem um cidadão respeitável e sábio (ver Mengel 2009; Turiño 2009). A intimidade entre tais casais de homens e *paidika* fazia parte também de uma estratégia militar (ao contrário das ideias prevalentes na maioria das forças armadas hoje em dia): os homens assim unidos afetivamente, servindo na mesma unidade, teriam uma vontade mais forte de se proteger e não abandonariam a unidade durante períodos de dificuldades ou perigo (ver Mengel 2009; Turiño 2009). Desta maneira, segundo Mengel (2009), as relações bissexuais na Grécia antiga tinham dois “objetivos” distintos: as relações sexuais entre homem e mulher serviam para a reprodução, e as relações entre dois homens tinham o objetivo da educação como cidadão e de fortalecer as forças armadas.

É importante notar, porém, que os/as gregos/as não concebiam essas práticas e afetividades, que hoje chamamos de bissexuais, como algo provindo de dois tipos distintos de desejo. Para eles/as, o desejo provinha da atração para a beleza das pessoas, sem levar em conta o sexo biológico (ver Foucault 1984). Foucault explica que na Grécia antiga,

a diversidade da escolha entre moça e rapaz não se refer[ia], de modo algum, à distinção entre duas tendências, ou à oposição entre duas formas de desejo. [...] Não se concebia dois apetites distintos, distribuindo-se em indivíduos diferentes, ou confrontando-se numa mesma alma; encarava-se antes como duas maneiras de obter seu prazer, uma das quais convinha melhor a certos indivíduos ou a certos momentos da existência. As práticas com rapazes e com mulheres não constituíam categorias classificatórias entre as quais os indivíduos pudessem repartir-se; o homem que preferia os *paidika* não se experimentava como “outro” face àqueles que buscavam as mulheres. (1984: 245-247, tradução de Maria Thereza da Costa Albuquerque em Foucault [1984] 1998: 169-170)

Embora os/as gregos/as reconhecessem que certas pessoas preferiam certos atos sexuais ou pessoas de um certo sexo biológico, isso não constituía, como acontece hoje em dia, uma maneira para construir sujeitos, categorias identitárias e alteridades. Isso não quer dizer que não existiam preconceitos ou discriminações baseados nas práticas sexuais naquela época; porém, em vez do preconceito ser baseado no sexo do/a parceiro/a, era baseado na idade. O que era malvisto na opinião pública eram as relações entre dois homens adultos (em vez de entre homem adulto e *paidika* mais jovem); na Grécia antiga considerava-se importante que os homens que se relacionavam sexual e afetivamente tivessem uma diferença de idade e, portanto, de posição social (ver Foucault 1984; Mengel 2009).

2.2.2 O *shudo* do Japão antigo

As práticas bissexuais no Japão feudal compartilham certas semelhanças com aquelas da Grécia antiga. Como no caso da pederastia grega, no *shudo* da elite aristocrática japonesa era comum que um samurai adulto (*nenja*), frequentemente casado com uma mulher e tendo filhos, tivesse uma relação sexual e afetiva com um aprendiz mais jovem (*wakashu*), ensinando-lhe o código moral dos samurais (*bushido*) e dando-lhe uma iniciação nas relações sexuais. À diferença dos gregos, essa relação era limitada à formação do aprendiz e não se estendia ao campo de batalha como uma estratégia militar. Adicionalmente, para os samurais, tais relações eram importantes para manter o equilíbrio entre o *yin* (elemento feminino) e o *yang* (elemento masculino) – acreditava-se que um samurai que mantinha relações sexuais e afetivas exclusivamente com pessoas de um sexo biológico cairia no desequilíbrio desses elementos e não seria um guerreiro eficaz (ver Mengel 2009). Por outro lado, e um pouco contraditório em relação a essa ideia de equilíbrio, os samurais que assumiam o *bi-do* (“percurso magnífico” religioso), faziam um voto de castidade que lhes impedia de ter relações sexuais com mulheres, mas não com os aprendizes – acreditava-se que essa mistura de castidade e relações de um certo tipo lhes aproximava do divino. Destarte, as relações sexuais eram organizadas como pertencentes ao mundo “regular” e ao mundo “secular”. Essa dicotomia de divino/mortal era mais importante na organização da sociedade do que a distinção entre os sexos biológicos, e a bissexualidade era “o veículo carnal de uma dicotomia superior” (Mengel 2009: 25).

2.2.3 As relações de dominação e submissão na Roma antiga

À diferença das relações na Grécia e no Japão, na Roma antiga o que era importante para a aprovação social das relações sexuais entre homens não era a diferença de idade entre os parceiros e a relação pederástica instrutor-aprendiz, mas a diferença de posição social. Como na Grécia antiga, não se levava em conta o sexo biológico do/a parceiro/a e não se erigia categorias de sujeito ou identitárias com respeito a isso. Eram aceitas as relações sexuais entre quaisquer

parceiros/as⁴, desde que respeitassem a ordem simbólica de dominação da época: a penetração do homem na mulher, do mestre no escravo e do homem romano no homem estrangeiro (ver Mengel 2009; Turiño 2009). Destarte, o homem que hoje chamamos de bissexual era a norma; porém para ser respeitado na sua sociedade ele devia parecer masculino, e a masculinidade da época não era definida por suas características físicas, mas por seu comportamento como penetrador nas relações sexuais (ver Mengel 2009). O binário prevalente do comportamento sexual daquele período histórico era, portanto, penetrador dominante/penetrado submisso, parecido ao binário ativo/passivo e às ideologias estereotípicas de masculinidade a ele associadas que se encontram nos discursos atuais sobre relações homossexuais.

2.2.4 As práticas bissexuais em tribos e povos indígenas

Na mitologia da Grécia Antiga e da Roma Antiga, os/as deuses/as também mostravam comportamentos e afetividades que hoje chamamos de bissexuais (ver Turiño 2009). A difusão das religiões monoteístas heterocentristas, porém, gradualmente contribuiu à desaprovação dessas práticas. Apesar disso, continuaram a ser habituais nos povos indígenas e nas tribos isoladas dessa influência. Nesses povos, eram comuns a pederastia e as práticas bissexuais nos rituais de iniciação e no xamanismo (ver Mengel 2009). Por exemplo, até o início do século XX grupos de soldados do Oásis de Siuá, no Egito, perto da fronteira com a Líbia, praticavam a pederastia de uma forma parecida àquela dos gregos e dos samurais japoneses, como formação filosófica e estratégia de coesão militar. Em várias tribos na África e na Oceania, por exemplo, os Kivai da África Ocidental e os Sambia e os Baruya da Nova Guiné, acreditava-se que aos jovens que recebiam por via oral ou anal durante anos o esperma de um homem adulto seriam transmitidas as virtudes da masculinidade. Nas tribos camaronesas Beti e Bassa, durante períodos de problemas com a colheita, as mulheres casadas com homens se reuniam e dançavam tocando seus órgãos genitais mutuamente de uma maneira para que os clitóris ficassem alongados como pênis pequenos, com o objetivo de convocar as forças da

⁴ É interessante notar também que na Roma antiga, onde o matrimônio era um contrato de caráter privado, dois homens tinham o direito de se casar, e isso acontecia como frequência (ver Turiño 2009).

fertilidade da terra e a coesão da tribo (ver Mengel 2009). Em outros povos indígenas por todo o mundo, da Ásia às Américas, a bissexualidade nos xamãs era valorizada porque se acreditava que lhes ajudava a ter uma melhor compreensão de todos os membros do povo do que uma pessoa monossexual. É para além do escopo deste trabalho citar as centenas de exemplos de práticas bissexuais em tais tribos. Contudo, com esses poucos exemplos podemos ver que os modelos da bissexualidade, como nota Mengel, frequentemente compartilham a noção de fortalecer o corpo e/ou o espírito através de promover a coexistência ou a transcendência dos princípios ideologicamente associados com a masculinidade e a feminilidade, o que é semelhante às noções de equilíbrio entre yin e yang no Japão antigo.

2.2.5 As invenções da bissexualidade como identidade e do/a bissexual como sujeito

Como mencionamos anteriormente, a partir da segunda metade do século XIX a prática de sodomia entre duas pessoas do mesmo sexo começou a ser vista como uma expressão da sua psique e usada para definir e constituir o sujeito homossexual. Adicionalmente, como vimos neste capítulo ao falar da etimologia da palavra “bissexual”, a visão da bissexualidade como uma combinação de heterossexualidade e homossexualidade e como uma identidade sexual de certos sujeitos denominados bissexuais que é prevalente hoje em dia tem suas raízes nos anos 70. Storr (1999) propôs que o ativismo dos movimentos de liberação gay e a campanha para despatologizar a homossexualidade provocaram uma mudança na maneira de conceber a sexualidade. Essa mudança foi da concepção da sexualidade como uma preferência ligada a uma suposta masculinidade e/ou feminilidade psicológica para uma noção da sexualidade como uma preferência para homens ou mulheres. Daí, a sexualidade se tornou uma questão de heterossexualidade, bissexualidade ou homossexualidade; essas sexualidades se tornaram categorias identitárias e as pessoas identificando-se como (ou identificadas como) heterossexuais, bissexuais e homossexuais se tornaram certas classes de sujeitos. O processo da naturalização dessas categorias e desses sujeitos e o contraste entre a importância da sua desnaturalização/desconstrução e a sua utilidade para fins de ativismo político serão examinados no Capítulo 3.

Não quero “cair na armadilha de internalizar modelos estadunidenses de progresso gay e assim reproduzir também o imperialismo dos EUA” (Barnard 2004: 8); porém, as informações que tenho encontrado sobre as primeiras instâncias do uso da palavra “bissexual” como um rótulo identitário sugerem que este uso teve origem nos Estados Unidos da América (e adicionalmente, como veremos mais detalhadamente no Capítulo 4, os fundadores do Grupo Arco-Íris, o grupo brasileiro de ativismo LGBT do qual participam as ativistas identificando-se como bissexuais cujas narrativas são analisadas nesta pesquisa, citam o modelo de ativismo LGBT estadunidense como a inspiração para a organização do grupo⁵). Segundo Tucker, o rótulo identitário “bissexual” foi reivindicado publicamente pela primeira vez no início dos anos 70, para promover a visibilidade e a aceitação das pessoas bissexuais. Vários grupos de socialização e/ou ativismo político bissexual foram criados nos EUA a meados dos anos 70, os mais conhecidos dos quais eram o Bisexual Forum de Nova Iorque (fundado em 1975) e o San Francisco Bisexual Center (fundado em 1976), com uma variedade de objetivos, incluindo a contestação dos estereótipos sexuais, o combate contra a homofobia, a criação de espaços sociais para pessoas identificando-se como bissexuais, e a luta para reconhecimento na comunidade gay e lésbica (ver Tucker 1995; Paul [1994, 1998] 1999).

Nos Estados Unidos naquela década, o ativismo para a liberdade sexual, ou “liberação gay”, se concentrava na homossexualidade, particularmente nos homens brancos de classe média que se identificavam como gays. Como nota Barnard,

A identidade coletiva era construída em modo que as preocupações de uma pessoa só eram consideradas pertinentes para o grupo se fossem o resultado da ‘gay-idade’⁶ dessa pessoa no mesmo modo como a ‘gay-idade’ era geralmente entendida pelos homens gays brancos e, às vezes, pelas lésbicas brancas. (2004: 4)

Muitas mulheres que se identificavam como lésbicas sentiam que as questões tratadas eram relevantes só para homens e que suas preocupações não estavam sendo consideradas, e, portanto, foram para os movimentos feministas⁷; muitas

⁵ Gostaria de lembrar também que o primeiro movimento político organizado em torno à homossexualidade aconteceu na Alemanha aos finais do século XIX (ver Kirsch 2000).

⁶ “gayness”, no texto fonte

⁷ As mulheres identificando-se como lésbicas também tiveram que lidar com preconceitos nos movimentos feministas, porém, e isso levou à criação de grupos separados de lésbicas feministas. Ver Sullivan 2003 para uma discussão das tensões entre feministas identificando-se como heterossexuais e aquelas que se identificavam como lésbicas.

peças não brancas identificando-se como homossexuais sentiam que suas preocupações sobre racismo não estavam sendo consideradas, e foram para os movimentos baseados na raça como aqueles de conscientização negra. De modo parecido, muitas pessoas identificando-se como bissexuais se sentiam excluídas dos movimentos para a liberdade sexual em parte pela falta de problematização da bissexualidade e priorização das preocupações dos/as ativistas identificando-se como bissexuais e em parte por causa da não inclusão da palavra “bissexual” nos nomes dos grupos (que tendiam a mencionar unicamente gays e/ou lésbicas) (ver Udis-Kessler 1995). Isso levou à criação de grupos de ativistas bissexuais separados dos grupos gays e lésbicas. O número de organizações bissexuais aumentou consideravelmente nos anos 1980 e 1990 e durante esses anos muitos se dedicaram a lutar para a inclusão da palavra “bissexual” nos nomes dos movimentos de ativismo gay e lésbico, das paradas e manifestações, etc., aumentando ainda mais a visibilidade do rótulo (ver Tucker 1995). Quando aumentou o número e a visibilidade dessas organizações, muitas mulheres que antes se identificavam como lésbicas feministas foram para esses grupos e começaram a se identificar como ativistas bissexuais (ver Udis-Kessler 1995). Interessantemente, como veremos mais em detalhe no Capítulo 4, a evolução do Grupo Arco-Íris parece ter seguido um percurso parecido: a concentração sobre as questões relevantes para os homens identificando-se como gays, o afastamento das mulheres identificando-se como lésbicas, a exclusão das pessoas que se identificam como bissexuais etc.

Nos outros períodos históricos que vimos anteriormente, certos comportamentos sexuais e afetividades eram mal vistos pelas sociedades (como, por exemplo, as relações sexuais entre dois homens adultos na Grécia antiga). Na atualidade, são estigmatizados não somente certos comportamentos sexuais e afetividades, mas em particular certas classes de sujeitos sexualizados que estão vinculados a essas práticas e afetividades. O que vem sendo estigmatizado é qualquer prática, sentimento ou sujeito considerado não heteronormativo, ou seja, que não se encaixe nas normas da heterossexualidade (ver Capítulo 3), particularmente os sujeitos classificados como homossexuais, bissexuais e/ou transexuais ou transgêneros.

Porém, as pessoas que se identificam como bissexuais (e as pessoas que são identificadas como bissexuais por causa de suas práticas sexuais⁸) muitas vezes são o alvo de discriminações duplas. Frequentemente sofrem discriminações por pessoas que se identificam como heterossexuais e pelas que se identificam como homossexuais, por não se enquadrarem dentro das categorias binárias normativas da sexualidade: ou heterossexual, ou homossexual. Desta maneira, as pessoas que se identificam ou são identificadas como bissexuais frequentemente experimentam pressões para se normatizar vindo de ambos os lados do binário heterossexual/homossexual, ou ambos os “grandes blocos identitários” nas palavras de Mengel (2009: 43). Apesar de a homossexualidade ser o lado marginalizado do binário heterossexual/homossexual, ela tem sido consolidada como uma das (duas) opções de sexualidade construídas pela sociedade atual.

Para Garber ([1995] 1999), muitas das discriminações contra a bissexualidade e pressões de se encaixar em um dos lados do binário heterossexual/homossexual vêm do fato de a bissexualidade perturbar essas “certezas” da heterossexualidade e homossexualidade. Contudo, a proposta de Garber explica só parcialmente as pressões provindo dos movimentos de ativismo LGBT para as pessoas que se identificam como bissexuais se encaixarem em um só lado do binário. É ingênuo pensar que um grupo minoritário que sofre discriminações não tenha seus próprios preconceitos. Mesmo dentro dos grupos de “minorias sexuais” que lutam contra a normatização heterossexual, operam outras relações de poder resultando em outros processos internos de normatização. Para entender tais pressões, é necessário também considerar a história da construção da identidade coletiva do movimento LGBT que vimos brevemente nesta seção. O desconforto com aquilo que não é facilmente encaixado no binário não provém simplesmente de um medo da ambiguidade como sugere Garber, mas de um medo de perder a coesão dentro do próprio movimento LGBT. Durante muitos anos, essa coesão foi baseada na experiência comum da homossexualidade e, frequentemente, na rejeição dos modelos

⁸ A tendência da sociedade da nossa época de equiparar as práticas sexuais com a identidade sexual cria a necessidade de distinguir entre pessoas que se identificam como bissexuais – pessoas que decidiram assumir o rótulo de “bissexual” por razões pessoais ou políticas – e pessoas que são identificadas como bissexuais – pessoas rotuladas como bissexuais por outras pessoas por causa das suas práticas sexuais, embora não necessariamente queiram ser rotuladas como tal ou sintam uma afinidade com tal rótulo.

heterossexuais. Como veremos em detalhe na próxima seção, a bissexualidade é frequentemente concebida simplesmente como uma combinação de vários graus de heterossexualidade e homossexualidade. Isso não somente reforça o binário heterossexual/homossexual, como também reforça preconceitos: a visão da bissexualidade como nada mais de uma fase transitória antes de uma pessoa “se tornar” heterossexual ou homossexual, o/a bissexual como uma pessoa homossexual não assumida, o/a bissexual como uma pessoa que não quer abrir mão dos privilégios da heterossexualidade, o/a bissexual como uma pessoa (patologicamente) promíscua, etc. Tais preconceitos refletem em parte a ideia que o banimento da “ameaça” heterossexual alimentará a identidade coletiva (homossexual) do grupo e a força política do movimento. Quando a bissexualidade é considerada uma combinação da heterossexualidade e da homossexualidade, as pessoas que se identificam como bissexuais se tornam potenciais “ameaças heterossexuais”. Por exemplo, uma pessoa que se identifica como bissexual que está em uma relação com uma pessoa do “mesmo” sexo geralmente será bem-vinda em um grupo LGBT (embora pressionada a se identificar como homossexual), mas a mesma pessoa em uma relação com uma pessoa do sexo “oposto” não o será. Podemos notar que tais discriminações e a pressão de se encaixar em um lado ou outro do binário são possibilitados pela maneira na qual as identidades sexuais e os sujeitos sexualizados são definidos hoje em dia – pelo sexo/gênero do/a parceiro/a ou sujeito desejado. Examinaremos a questão das discriminações, preconceitos e estereótipos sobre a bissexualidade mais em detalhe nos Capítulos 4, 5 e 6 em relação ao caso particular do Grupo Arco-Íris.

2.3 Paradigmas modernos: estudos e teorizações sobre a bissexualidade

Segundo Coleman, existem três paradigmas modernos para a compreensão da bissexualidade. No primeiro, são reconhecidas distinções da “orientação sexual”⁹ dicotômica (heterossexualidade/homossexualidade) ou tricotômica (heterossexualidade-bissexualidade-homossexualidade); nessa visão há duas ou três “condições” distintas da sexualidade. Esse paradigma dominou o

⁹ Coloco “orientação sexual” entre aspas porque é um conceito frequentemente ligado ao discurso do determinismo biológico, que vê a sexualidade como uma questão genética e fixa e não sócio-culturalmente construída e dinâmica.

século XX, como vimos anteriormente, e era fortemente vinculado ao pensamento patologizante que escravizava a época: a homossexualidade e a bissexualidade eram consideradas doenças, e a heterossexualidade como “normal” porque oferecia a possibilidade da reprodução. No segundo paradigma, em vez de reconhecer só duas ou três categorias da sexualidade humana, ela é concebida como um contínuo; porém, não vai além da noção que os genitais do objeto do desejo determinam a “orientação sexual” do sujeito desejante. Essa visão, exemplificada pelo pensamento de Kinsey e de Klein, como veremos em breve, começou em meados do século XX e foi o modelo dominante até o século XXI. No terceiro paradigma, é questionada a pressuposição básica que a sexualidade seja determinada pelos genitais do objeto do desejo. Essa visão rompe com o determinismo biológico, reconhecendo que uma pessoa pode estar atraída a outra por razões que vão além do sexo biológico, como a identidade de gênero e o papel sexual social (ver Coleman [1994, 1998] 1999). Enfim, nos primeiros dois paradigmas, podemos ver um movimento para construir a bissexualidade e no terceiro um movimento para desconstruí-la. Ao final deste capítulo, levarei o terceiro paradigma a um nível de desconstrução ainda mais extremo, frisando que o desejo pode ir além desses fatores biológicos e performativo-identitários.

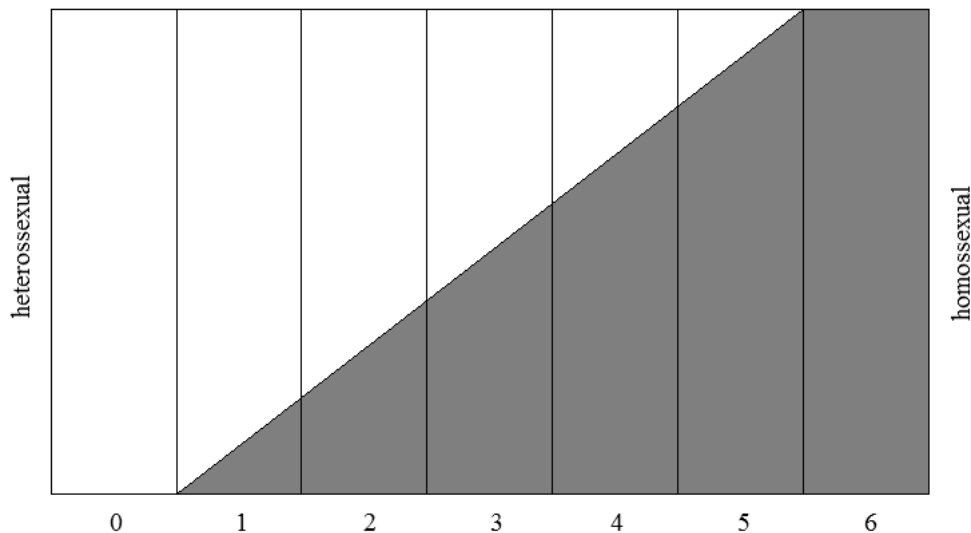
2.3.1 A Escala Kinsey

Os estudos científicos mais conhecidos sobre a bissexualidade foram realizados pelo biólogo estadunidense Alfred Kinsey (1894-1956), cujo pensamento também serviu como base para muitas teorias da sexologia moderna. Kinsey realizou duas sondagens extensivas sobre a sexualidade humana, *Sexuality in the Human Male* (1948) e *Sexuality in the Human Female* (1953), e usou os dados dessas pesquisas para desenvolver uma escala para “medir” a orientação sexual dos seres humanos, baseada nas experiências de vida e reações fisiológicas dos/as participantes. Segundo Kinsey, as histórias dos sujeitos das pesquisas mostraram que “a heterossexualidade ou homossexualidade de muitos indivíduos não é um caso de tudo ou nada” (Kinsey, et. al. 1948: 638). Portanto,

no sistema de sete¹⁰ graus da Escala Kinsey, os extremos designam a monossexualidade de pessoas “exclusivamente” heterossexuais ou homossexuais, com vários graus intermediários de o que hoje chamamos de bissexualidade. Contudo, Kinsey não usa as palavras “bissexual” ou “bissexualidade” nas descrições das categorias em parte porque naquela época esses termos tinham ainda a conotação de uma mistura de masculinidade e feminilidade biológica ou psicológica, em vez de heterossexualidade e homossexualidade como queria mostrar o autor. Kinsey explica ainda que a falta de uma definição mais exata da palavra “bissexual” também significava que era “impossível saber se se refere a todo indivíduo pertencendo a um dos graus de 1 a 5, ou se limita a um número menor das categorias, talvez centrando-se em torno do grupo 3” (Kinsey, et. al. 1948: 656).

Na Escala, o número 0 designa uma pessoa “exclusivamente” heterossexual e o número 6, uma pessoa “exclusivamente” homossexual. O número 3 representa uma pessoa “igualmente” heterossexual e homossexual. O número 1 indica uma pessoa “predominantemente” heterossexual e somente “incidentalmente” homossexual, e o número 5 é, ao contrário, “predominantemente” homossexual e “incidentalmente” heterossexual. Finalmente, o número 2 representa uma pessoa “predominantemente” heterossexual, mas com experiências homossexuais “mais incidentais”, e o número 4 indica uma pessoa “predominantemente” homossexual, mas com experiências heterossexuais “mais incidentais” (Kinsey, et. al. 1948: 639, 641). Ao classificar as pessoas em uma das categorias, Kinsey levava em consideração experiências sexuais concretas e “reações psicosssexuais”, ou seja, desejos ou excitação baseada em estímulos físicos, visuais, mentais, etc. Reconhecia também que a estigmatização das “atividades homossexuais” frequentemente levava as pessoas a não realizarem seus desejos. Para Kinsey, as pessoas que se encaixam em um dos extremos da escala são na verdade a minoria; a maioria da população global mostraria algum grau do que hoje chamamos de bissexualidade.

¹⁰ Uma oitava categoria, “X”, foi adicionada mais tarde pelos colegas de Kinsey para designar a assexualidade.



[Fig. 1] Escala Kinsey de “avaliação heterossexual-homossexual”
(figura reproduzida com base em Kinsey et. al. 1948: 638)

0. exclusivamente heterossexual
1. predominantemente heterossexual e somente incidentalmente homossexual
2. predominantemente heterossexual, mas com experiências homossexuais mais que incidentais
3. igualmente heterossexual e homossexual
4. predominantemente homossexual, mas com experiências heterossexuais mais que incidentais
5. predominantemente homossexual e incidentalmente heterossexual
6. exclusivamente homossexual

Apesar de ter criado este sistema de classificação em sete graus, Kinsey nota que qualquer categoria é uma invenção da mente humana e enfatiza que “a realidade é um contínuo, com os indivíduos da população ocupando não somente as sete categorias que são reconhecidas aqui, mas, adicionalmente, toda gradação entre cada uma dessas categorias” (1948: 647). Esse autor frisa que as sete classificações devem ser usadas só como uma ferramenta para pensar a sexualidade humana para além do binário heterossexual/homossexual ou da tríade heterossexual-bissexual-homossexual. Esses últimos eram considerados “limitados” por Kinsey por não descreverem adequadamente ou pelo menos se aproximarem de uma descrição adequada “[d]o contínuo que é a realidade na natureza” (1948: 656). Adicionalmente, reconhece a fluidez temporal da sexualidade, notando que uma pessoa pode ser classificada em categorias diferentes durante períodos diferentes da vida.

Na sua época, o pensamento de Kinsey era extremamente inovador (e controverso), particularmente pelas visões da sexualidade humana como um contínuo, a noção que a sexualidade não é fixa, mas pode mudar com o decorrer do tempo; insistência que a heterossexualidade não é o comportamento

majoritário que parece ser; sugestão que todo ser humano é o que hoje chamamos de bissexual ou tem “tendências” bissexuais; e pela insistência que as práticas homossexuais não são patológicas. Porém, nas suas considerações sobre o que hoje chamamos de bissexualidade, Kinsey só incluiu experiências sexuais concretas classificadas em dois grupos – com homens ou com mulheres –, e fatores “psicossexuais” como excitação e desejo. Não levava em consideração afetividades, preferências para certos atos sexuais ou performances identitárias além do binário de experiências com homens ou mulheres, as maneiras nas quais as pessoas se identificam ou como constroem sua própria sexualidade, etc. (embora esse último possa ser uma reflexão da sua formação como biólogo, da estigmatização de todo comportamento “não heterossexual”, e do fato da pesquisa ter sido realizada antes dos anos 1970, quando os indivíduos começaram a ser construídos como sujeitos heterossexuais, homossexuais, bissexuais, etc.).

Sedgwick observa,

É um fato bastante incrível que, de todas as muitas dimensões através das quais as atividades genitais de uma pessoa podem ser diferenciadas (dimensões que incluem preferências para certos atos, certas zonas ou sensações, certos tipos físicos, uma certa frequência, certos investimentos simbólicos, certas relações de idade ou poder, uma certa espécie, um certo número de participantes, etc. etc. etc.), exatamente uma, o gênero do objeto escolhido, emergiu a partir do início do século, e tem permanecido, como *a* dimensão denotada pela atualmente ubíqua categoria da “orientação sexual”. (1990: 8).

Para Kinsey, a bissexualidade era uma mistura de homossexualidade e heterossexualidade; o autor nunca desenvolveu uma teorização das sexualidades humanas para além dessas duas categorias baseadas no sexo/gênero do objeto desejado e a mistura delas. Adicionalmente, não há lugar na Escala de Kinsey para reconhecer que as mesmas práticas sexuais (ou “atos genitais”) podem significar coisas muito diferentes para pessoas diferentes (ver Sedgwick 1990).

2.3.2 A Grade de Orientação Sexual de Klein

Vários/as outros/as estudiosos/as têm desenvolvido a proposta de Kinsey, sugerindo outras maneiras para “mensurar” a orientação sexual. Uma das novas escalas propostas é a Grade de Orientação Sexual de Klein. Fritz Klein (1932-2006), um psiquiatra austríaco-estadunidense que fazia pesquisa sobre a sexualidade humana e era ativista que lutava para os direitos das pessoas bissexuais, propôs essa grade no livro *The Bisexual Option: A Concept of One Hundred Percent Intimacy* (1978). O livro foi publicado em um momento

histórico de conflito em relação à bissexualidade, no qual vários movimentos de ativismo político baseados na identificação como bissexual tinham sido estabelecidos, mas muitos médicos, psiquiatras e psicólogos não consideravam a bissexualidade como uma “verdadeira orientação sexual”, frequentemente insistindo que as pessoas que se identificavam como bissexuais estavam simplesmente negando a sua homossexualidade (ver Storr 1999). Klein combate tais noções no livro, dizendo que “a bissexualidade não é nem a homossexualidade disfarçada, nem a heterossexualidade disfarçada. É um outro modo de expressão sexual. Embora contenha elementos de comportamento heterossexual e homossexual, é um modo de ser em si...” ([1978] 1993: 7).

Partindo da Escala de Kinsey e das ideias de Kinsey da sexualidade humana como um contínuo, Klein propõe uma grade com sete componentes da orientação sexual (no eixo vertical): (A) atração sexual, (B) comportamento sexual (experiências sexuais realizadas), (C) fantasias sexuais, (D) preferência emocional, (E) preferência social, (F) preferência de vida, e (G) auto-identificação. Cada uma dessas variáveis é avaliada em três períodos da vida da pessoa (no eixo horizontal): o passado (toda a vida até um ano atrás), o presente (últimos doze meses) e o ideal (como a pessoa gostaria que fosse). Cada variável em cada período temporal é avaliada com um grau de 1 a 7, parecido aos sete graus da Escala Kinsey. Para as primeiras cinco variáveis, de A a E, os graus são relacionados ao gênero dos/as parceiros/as, ou “outro sexo” ou “mesmo sexo” nas palavras de Klein: (1) o outro sexo unicamente, (2) o sexo oposto majoritariamente, (3) o outro sexo mais frequentemente, (4) ambos os sexos, (5) o mesmo sexo mais frequentemente, (6) o mesmo sexo majoritariamente, e (7) o mesmo sexo unicamente. Para as últimas duas variáveis, F e G, os graus usados para a avaliação são relacionados à identidade sexual dos/as parceiros/as, percorrendo de (1) heterossexual unicamente a (7) homossexual unicamente, de modo similar à progressão dos outros graus de avaliação baseados no sexo (ver Klein [1978] 1993).

Grade de Orientação Sexual de Klein			
	passado: toda a vida até um ano atrás	presente: últimos doze meses	ideal: como você gostaria que fosse
(A) atração sexual: Para quem você sente atração sexual?			
(B) comportamento sexual: Com quem você tem relações sexuais?			
(C) fantasias sexuais: Sobre quem são as suas fantasias? (quando você se masturba, devaneia, etc.)			
(D) preferência emocional: Com quem você se sente melhor emocionalmente? (afetividade, amor, etc.)			
(E) preferência social: Com que gênero você socializa?			
(F) preferência de vida: Com pessoas de qual identidade sexual você passa mais tempo e sente mais a vontade?			
(G) auto-identificação: Como você se identifica?			

[Fig. 2] Grade de Orientação Sexual de Klein
(figura reproduzida com base em Klein [1978] 1993: 16-17)

Para (A) a (E):

1. o outro sexo unicamente
2. o sexo oposto majoritariamente
3. o outro sexo mais
4. ambos os sexos
5. o mesmo sexo mais
6. o mesmo sexo majoritariamente
7. o mesmo sexo unicamente

Para (F) e (G):

1. heterossexual unicamente
2. heterossexual majoritariamente
3. heterossexual mais
4. ambas as sexualidades
5. homossexual mais
6. homossexual majoritariamente
7. homossexual unicamente

A Grade de Orientação Sexual de Klein oferece uma visão da sexualidade mais nuançada do que aquela da Escala de Kinsey, não se limitando a experiências sexuais concretas e reações psicosssexuais, mas incluindo considerações sobre fantasias, preferências emocionais e sociais, como as pessoas se identificam, períodos diferentes da vida, a vida como o sujeito gostaria que fosse idealmente, etc. Embora a Grade de Klein possa ser vista de certa maneira como um passo adiante com respeito à Escala de Kinsey, continua problematizando a sexualidade humana como uma questão só de preferência para homens e/ou mulheres (ou para pênis e/ou vaginas), ligada à questão das categorias identitárias de heterossexualidade e homossexualidade. Adicionalmente, apresenta esses sete fatores como elementos separados constituindo a sexualidade, em vez de componentes inextricavelmente inter-relacionados. Em relação à bissexualidade, embora Klein a apresente no primeiro capítulo do livro como “um modo de ser em si...” apesar de “conte[r] elementos

de comportamento heterossexual e homossexual” ([1978] 1993: 7), como vimos anteriormente, na Grade não é nomeada. Essa invisibilização faz com que a bissexualidade apareça como uma combinação ou co-existência de heterossexualidade e homossexualidade, em contradição com a asserção de Klein que seja uma sexualidade distinta.

Apesar desses problemas, Klein também propõe vários temas interessantes que são retomados nas teorizações da bissexualidade dos anos 1990 (ver Storr 1999). Ao defender o modelo do contínuo da sexualidade humana, Klein também critica os limites dos rótulos, notando que “é nossa insistência no uso dos rótulos que cria a síndrome de ‘ou um ou outro’” ([1978] 1993: 8). Como veremos na próxima seção, essa resistência à categorização é uma parte integral das epistemologias bissexuais de Garber ([1995] 1999) e outros/as teóricos/as. Adicionalmente, a comparação de Klein entre a categorização das sexualidades e a categorização racial também é muito presente nos anos 1990 (ver Storr 1999).

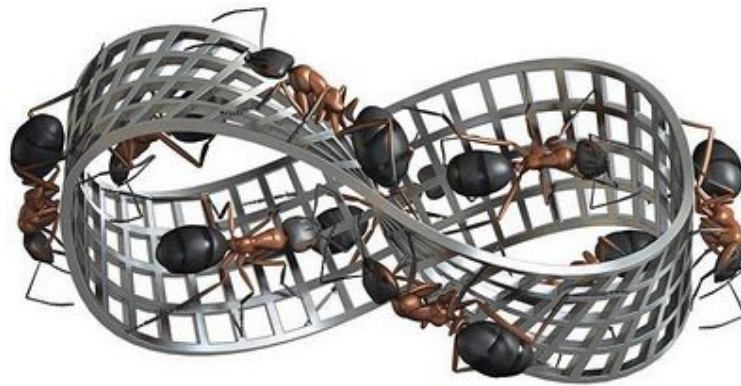
2.3.3 O modelo da fita de Möbius de Garber

Nos anos 1990, vários teóricos/as começaram a problematizar a bissexualidade e desenvolver as “Epistemologias Bissexuais”, concentrando-se particularmente sobre a questão da categorização, o problema de definir a bissexualidade, as possibilidades de uma política bissexual, e o poder transformativo da bissexualidade como um conceito epistemológico e os conflitos entre tal poder e a constituição da bissexualidade como uma identidade. Nesta seção, vamos nos concentrar sobre a questão da categorização e da definição da bissexualidade; a política bissexual e o poder transformativo da bissexualidade serão discutidos no Capítulo 3 em relação à(s) Teoria(s) *Queer*.

Uma dos/as epistemólogos/as bissexuais mais influentes é Marjorie Garber, autora de *Vice Versa: Bisexuality and the Eroticism of Everyday Life* (1995). Nesse livro, Garber argumenta que a bissexualidade não deveria ser entendida em relação aos binários heterossexualidade/homossexualidade, homem/mulher e masculinidade/feminilidade, rompendo com as três definições que vimos anteriormente ao falar da epistemologia da palavra “bissexual”. Na visão de Garber, a bissexualidade representa a própria natureza do erotismo. “Erotismo é o que escapa, o que transgride as normas, desfaz as categorias, questiona fronteiras. Não pode ser encarnado em um manual, uma tabela, um

teste de laboratório, ou um manifesto. ‘Ser’ um/a bissexual é um uso impossível do verbo” (Garber [1995] 1999: 141). Para a autora, a bissexualidade é inerentemente transgressiva e desconstrutiva, e mostra a impossibilidade de categorizar a sexualidade humana.

Na sua visão, é inútil tentar resolver a questão da bissexualidade ser uma combinação de heterossexualidade e homossexualidade ou um ponto entre os dois extremos. Em vez de usar o binário heterossexual/homossexual para entender a sexualidade humana, Garber ([1995] 1999) sugere simplesmente partir da sexualidade como uma categoria geral. Propõe um modelo tri-dimensional parecido a uma fita de Möbius, no qual “as categorias da heterossexualidade e homossexualidade não são mais radicalmente distintas, mas escorrem dentro e através de si mesmas” (Angelides 2001: 3), mostrando a fluidez inclassificável da sexualidade humana.



[Fig. 3] Fita de Möbius de Escher (fonte: <http://newundersol.blogspot.com>)

Porém, para Garber, essa sexualidade humana é a bissexualidade, e é a bissexualidade que cria a heterossexualidade e a homossexualidade. Angelides (2001) aprecia certos aspectos dessa inversão realizada por Garber e critica outros. Reconhece que, por um lado, tal inversão – a heterossexualidade e homossexualidade que vêm da bissexualidade, em vez da bissexualidade ser uma combinação dessas duas – é importante como o primeiro passo no processo de desconstrução (ver Derrida 1972). Porém, o autor critica Garber por reificar a bissexualidade como uma sexualidade, embora seja como uma sexualidade fluida. Nesse sentido, Angelides afirma que “Simplesmente invertendo o status da bissexualidade dentro das figurações convencionais da identidade sexual, Garber usa novamente uma lógica heteronormativa e assim permanece

inteiramente dentro dos termos da oposição heterossexual/homossexual que procura desconstruir” (2001: 4). Apesar da sua asserção inicial de que é inútil tentar definir a bissexualidade como uma combinação ou unificação da heterossexualidade e da homossexualidade ou como um ponto no contínuo entre os dois extremos do binário, Garber esquece que é igualmente inútil definir a bissexualidade como uma categoria em si que representa todo o contínuo da sexualidade humana. Após desconstruir e desnaturalizar a visão atual da bissexualidade, como fizemos nesse capítulo, o que é necessário, à Foucault, não é nos perguntar o que a bissexualidade *é*, mas o que a bissexualidade pode *fazer* como categoria política e/ou ponto de partida epistemológico. Voltaremos a essa discussão, relacionando as Epistemologias Bissexuais e a(s) Teoria(s) *Queer* para desenvolver a teorização da bissexualidade desta pesquisa no Capítulo 3.

2.4 Considerações finais: Repensar o (objeto do) desejo e a sexualidade

Através deste brevíssimo panorama histórico, podemos ver que embora os comportamentos sexuais e afetividades que hoje categorizamos como heterossexuais, homossexuais, bissexuais, etc. tenham existido em inúmeras formas durante toda a história da humanidade, esses rótulos começaram a construir certos sujeitos sexualizados a partir do século XIX e designar certas identidades a partir dos anos 1970. Destarte, essas categorizações identitárias e esses sujeitos sexualizados, que já ao início do século XXI podem nos parecer tão naturais, na verdade são invenções relativamente recentes. As configurações de hoje são só aquilo: outro momento da história com outra configuração.

A sexualidade definida pelo sexo biológico dos objetos do desejo é uma dessas invenções recentes. Nas últimas décadas, no pensamento do terceiro paradigma da compreensão moderna da bissexualidade (Coleman [1994, 1998] 1999), tem-se começado a questionar este uso do sexo biológico para definir a sexualidade, tomando conta de desejos para certas identidades de gênero ou papéis sexuais sociais. Esta visão, porém, ainda vincula desejo a alguns fatores biológicos e/ou performativo-identitários. É possível desconstruir mais ainda a noção atual da sexualidade definida pelo objeto do desejo, reconhecendo outros desejos e propondo outras classificações.

Bornstein ([1994] 1995) também observa a tendência atual de pensar a sexualidade só em termos de preferência por um gênero ou um tipo de genitais, e sugere outras possibilidades.

A preferência sexual *pode* ser baseada na preferência por genitais. (Isso não é a mesma coisa do que falar de um gênero específico, a não ser que você baseie a sua definição de gênero na presença ou ausência de alguma combinação de genitais.) A preferência também poderia ser baseada no tipo de *atos* sexuais que um indivíduo prefere, e, de fato, existem sistemas elaborados para distinguir precisamente isso e anunciá-lo a todo mundo. (Bornstein [1994] 1995: 36, grifos no texto fonte)

Bornstein oferece o exemplo de um sistema elaborado no livro *Coming to Power: Writings and Graphics on Lesbian S/M*, da coletiva Samoís. O sistema é um código para mostrar preferências por atos sexuais, usando lenços coloridos colocados no corpo. Cada cor diferente indica um tipo diferente de ato e o lado do corpo no qual o lenço é colocado indica a preferência para realizar o ato “ativamente” (lado esquerdo) ou de participar do ato “passivamente” (lado direito). A lista extensiva de atos inclui práticas como o *fisting* (a penetração com o punho), sexo anal, sexo oral, sado masoquismo “light”, sado masoquismo “pesado”, desejo por mulheres que estão menstruando, sexo em grupo, fetiche por pés, desejo por virgens ou pessoas com pouca experiência sexual, “chuvas douradas” (a prática de urinar sobre outra pessoa), etc. (ver Bornstein [1994] 1995). Embora equiparar a sexualidade a uma série de atos que uma pessoa prefere fazer (ou não fazer) seja outro tipo de simplificação, esse sistema mostra uma maneira para pensar a sexualidade além do simples binário da preferência por homens/mulheres ou pênis/vaginas que é prevalente hoje em dia. Poderíamos categorizar a sexualidade usando infinitas variáveis diferentes, desde a preferência por uma certa cor dos olhos ao desejo por pessoas de um certo peso, à atração por um certo “grau” de transgressão das normas de gênero (homens, mulheres, transexuais, transgêneros, *genderqueer...*), etc.; porém, usamos o sexo biológico e/ou gênero performado. Como observa Bornstein, “De qualquer modo, se aceitarmos as categorias da orientação sexual baseadas unicamente no gênero – heterossexual, homossexual ou bissexual – nos negamos a possibilidade de fazer uma interrogação profunda das nossas verdadeiras preferências sexuais” ([1994] 1995: 38).

O fato de conceber a sexualidade através do sistema de sexo/gênero, apesar das possibilidades de tantas outras variações, também tem outro efeito: a tendência de basear a identidade sexual no gênero do/a parceiro/a. Para

Bornstein, isso explica “o emaranhamento entre sexo e gênero” ([1994] 1995: 37). Em relação à bissexualidade, também explica em parte a tendência de categorizar as pessoas identificando-se como bissexuais como ou heterossexual ou homossexual baseado no gênero do/a parceiro/a.

Embora seja importante pensar em todas as variedades de desejo mencionadas acima, é igualmente problemático conceber a sexualidade pensando unicamente no desejo. Como observa De Neuter,

o amor não se conjuga necessariamente com o desejo. Existem homens e mulheres que não podem amar aqueles ou aquelas com quem fazem o amor e que não podem desejar e fazer o amor com aqueles ou aquelas que amam. Na nossa cultura hoje, esta clivagem é considerada um sintoma. (2010: 79)

Para pensar a sexualidade, além do desejo podemos considerar outros “fatores” como a afetividade, o comportamento, as fantasias, etc. Nisso Klein (ver seção 2.3.2) tinha razão; o problema da sua conceptualização era a insistência em avaliar tais fatores como quantificáveis e separados, e sempre com base no sexo/gênero. Ao final, é importante desconstruir e desnaturalizar as nossas noções atuais da sexualidade baseada no sexo/gênero do objeto do desejo, mas isso não significa que possamos defini-la como uma conglomeração de fatores (separados ou transversalmente imbricados). Como notou Sullivan na citação ao início deste capítulo, “não existe a possibilidade de uma explicação verdadeira ou correta da heterossexualidade, da homossexualidade, da bissexualidade, e assim por diante” (2003: 1).

À Foucault, em vez de tentar definir ou explicar a sexualidade, é mais útil tentar entender o que ela, como é concebida, hoje *faz*, e explorar o que *poderia fazer* se fosse concebida diferentemente.

Em relação à bissexualidade em particular, o problema não é se a bissexualidade é uma combinação ou unificação da heterossexualidade e da homossexualidade, um ponto intermediário, ou nenhum dos dois, como temos visto nas nossas explorações do pensamento de Kinsey, Klein e Garber. O problema é que essas duas categorias têm se tornado os dois grandes eixos a partir dos anos 1970, e que por causa da insistência nesse binário, as pessoas que se identificam como bissexuais (e qualquer pessoa que não quer se encaixar em um dos lados dos extremos), frequentemente sofrem de problemas de discriminações. Nos capítulos seguintes desta pesquisa, examinaremos como são construídas discursivo-performativamente as identidades bissexuais, para

entender o que a bissexualidade pode *fazer* para mudar as concepções da sexualidade e criar um mundo mais vivível para qualquer performance e/ou identificação (ou não-identificação) de sexualidade.